



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30,  
perspectivas e desafios

## ÉTICA, RUPTURA ONTOLÓGICA E JUSTIÇA CLIMÁTICA: O BALANÇO ÉTICO GLOBAL (BEG), OS PAINÉIS CLIMÁTICOS DA ONU E OS DESAFIOS INSTITUCIONAIS DA COP 30

Rhadson Rezende Monteiro<sup>1</sup>

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

[rhadsom@ufrb.edu.br](mailto:rhadsom@ufrb.edu.br)

<https://orcid.org/0000-0001-7992-6110>

José Rubens Morato Leite<sup>2</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

[moratoleite@gmail.com](mailto:moratoleite@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-6686-8441>

**RESUMO:** O artigo analisa criticamente o Balanço Ético Global (BEG), suas bases filosóficas, epistêmicas e institucionais, situando-o no contexto da COP 30 e dos regimes internacionais de governança climática. A investigação combina revisão bibliográfica e análise de conteúdo aplicada a documentos oficiais da Presidência da COP 30 e ao Guia Metodológico do BEG. A primeira parte reconstrói o histórico do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e dos principais tratados de *soft law* ambientais, identificando a progressiva incorporação de dimensões éticas à governança multilateral. Em seguida, discute-se a ruptura ontológica entre humanidade e natureza no pensamento filosófico do Norte Global e contrapõe-se epistemologias do Sul que propõem formas de integração ecológica, plural e interdependente. A análise evidencia que o BEG representa um esforço inovador de escuta ética e plural, mas enfrenta desafios quanto à efetividade normativa, à institucionalização de seus resultados e à articulação concreta com as decisões internacionais. O artigo conclui que sua relevância dependerá da capacidade de converter princípios éticos em compromissos vinculantes, influenciando políticas climáticas em direção à justiça ecológica e intergeracional.

**Palavras-chave:** Mudanças climáticas. Pluralismo epistêmico. Governança ambiental.

**ABSTRACT:** The article provides a critical analysis the Global Ethics Balance Sheet (GES), its philosophical, epistemic and institutional foundations, situating it within the

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB/CCAAB) e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB/PPGGPPSS). Bacharel em Direito e em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/PGCS). Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Associação Plena em Rede PRODEMA (UESC, UFRN, UFPE, UFPB, UFC, UFS e UFRPI). Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/PPGD).



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

context of COP30 and international climate governance regimes. The research integrates a literature review and content analysis applied to official documents from the COP30 Presidency and the GBA Methodological Guide. The first part reconstructs the history of the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) and the main environmental soft law treaties, identifying the progressive incorporation of ethical dimensions into multilateral governance. Next, it discusses the ontological rupture between humanity and nature in the philosophical perspectives of the Global North and contrasts it with epistemologies from the South that propose pathways for ecological, plural and interdependent integration. The analysis shows that the GES represents an innovative effort at ethical and pluralistic listening, but faces challenges in terms of normative effectiveness, institutionalisation of its results, and concrete articulation with international decisions. The article concludes that its relevance will depend on its ability to translate ethical principles into binding commitments, influencing climate policies towards ecological and intergenerational justice.

**Keywords:** Climate change. Epistemic pluralism. Environmental governance.

## **1. INTRODUÇÃO**

A elevação da temperatura média global, estimada em 1,26 °C acima dos níveis pré-industriais, e o aumento de mais de 50% na frequência de eventos climáticos extremos desde 1950 evidenciam a gravidade da crise contemporânea (IPCC, 2023). Esses fenômenos incidem de modo desproporcional sobre populações historicamente vulneráveis, intensificando desigualdades entre países e regiões (IPCC, 2023). Embora o consenso científico seja robusto, a tradução desse conhecimento em políticas eficazes permanece aquém do necessário, indicando que o obstáculo não é apenas técnico, mas ético e social (ONU, 2025a).

---

<sup>2</sup> Professor de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Direito pela University College London. Doutor em Direito Ambiental pela UFSC. Membro e Consultor da IUCN - The World Conservation Union - Commission on Environmental Law (Steering Committee). Pós-Doutor pelo Centre of Environmental Law, Macquarie University, Sydney, Austrália e pela Universidad Alicante, Espanha. Coordenador do Grupo de Pesquisa Direito Ambiental e Ecologia Política na Sociedade de Risco, do CNPq.



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

Para suprir essa lacuna, Brasil e Organização das Nações Unidas lançaram, em 2025, o Balanço Ético Global: painel que incorpora a dimensão moral à governança climática (ONU, 2025a). Inspirado no Balanço Global do Acordo de Paris, o novo processo reúne diálogos regionais em seis macrorregiões do planeta, mobilizando lideranças indígenas, religiosas, juvenis, acadêmicas e empresariais a fim de produzir recomendações que complementam avaliações técnicas (ONU, 2025b). Além desses encontros, a iniciativa estimula diálogos autogestionados em múltiplas escalas, ampliando o engajamento social e a diversidade de saberes.

O processo, coordenado pela presidência da COP 30, pretende fornecer um relatório-síntese que oriente planos nacionais de clima (NDCs) e fortaleça os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, atuando como instrumento de *soft law* que agrega princípios de justiça e equidade às futuras decisões político-técnicas (ONU, 2025a).

Este artigo se justifica pela inexistência de análises acadêmicas sistemáticas sobre esse painel emergente, cuja concepção e potencial impacto permanecem pouco explorados na literatura de governança ambiental.

Pergunta-se, portanto: o que caracteriza o Balanço Ético Global e de que modo esse processo pode integrar considerações morais à ação climática internacional? Como hipótese, admite-se que a iniciativa representa um mecanismo inovador capaz de articular valores culturais diversos e, assim, reforçar o compromisso coletivo com metas de mitigação e adaptação.

O objetivo geral consiste em examinar criticamente o painel, esclarecendo suas bases, método e capacidade de influenciar políticas climáticas. Para alcançá-lo, adotam-se objetivos específicos de caráter descritivo-exploratório: mapear a evolução histórica da ruptura entre humanidade e natureza; revisar correntes que tratam da “ética da Terra”; aplicar análise de conteúdo ao Manual do Balanço Ético Global e à carta da presidência da COP 30; e avaliar em que medida esses documentos incorporam critérios de justiça.

Alguns conceitos requerem delimitação prévia. O processo em foco configura-se como iniciativa de governança ética que transcende métricas financeiras (ONU, 2025a);



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável fornecem o arcabouço internacional de metas socioambientais (ONU, 2015); por fim, instrumentos de *soft law* são entendidos como normas não vinculantes que influenciam comportamentos sem recorrer a sanções formais aos estados signatários (ABBOTT; SNIDAL, 2000).

Metodologicamente, a investigação articula duas frentes complementares. A primeira consiste em uma revisão bibliográfica de caráter teórico-conceitual (ASSIS; MONTEIRO, 2023), voltada à reconstrução crítica da ruptura histórico-filosófica entre humanidade e natureza, bem como à análise das principais correntes da ética ambiental contemporânea. Essa etapa fundamenta-se nos pressupostos metodológicos das ciências sociais aplicadas, que valorizam a sistematização teórica como condição para a formulação de problemas e categorias analíticas. A segunda frente compreende uma análise de conteúdo (BARDIN, 2011) aplicada às quatro cartas oficiais da presidência da COP 30, publicadas entre março e junho de 2025, e ao Guia Metodológico do Balanço Ético Global (BEG). Os dados foram integralmente extraídos de fontes oficiais, notadamente o site da COP 30. A interpretação dos documentos normativos adota como referencial a hermenêutica jurídica crítica, compreendendo o texto como expressão situada de práticas institucionais, políticas e culturais. O protocolo analítico fundamenta-se na construção de indicadores temáticos e na exigência de falseabilidade (POPPER, 1972) interpretativa, permitindo aferir em que medida os documentos refletem os princípios éticos discutidos ao longo do artigo.

O texto divide-se em quatro partes: inicialmente descreve-se a gênese, a estrutura e o funcionamento do painel; em seguida reconstrói-se, sob perspectiva filosófica, a separação homem–natureza e as propostas de ética da Terra; na terceira seção realiza-se a análise de conteúdo dos documentos oficiais; por fim, apresentam-se considerações sobre o potencial do Balanço Ético Global para fortalecer a justiça climática.

## **2. DO IPCC AO BALANÇO ÉTICO GLOBAL: HISTÓRICO E ESTRUTURA DOS PAINÉIS CLIMÁTICOS INTERNACIONAIS**



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

A governança climática internacional é construída por meio de estruturas institucionais que articulam ciência, política e sociedade. Esses mecanismos buscam enfrentar um dilema fundamental: como garantir cooperação internacional efetiva frente a um fenômeno global como as mudanças climáticas? Por ser um problema que ultrapassa fronteiras nacionais, exige-se a criação de regimes de governança capazes de mobilizar múltiplos países, instituições e atores sociais diversos (LUTERBACHER; SPRINZ, 2001).

Nesse contexto, emerge, ainda na década de 1980, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), criado pela Organização Meteorológica Mundial e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (AGRAWALA, 1998). O IPCC estabelece-se como painel científico-político com três níveis organizacionais básicos: uma plenária intergovernamental, que valida os relatórios; grupos de trabalho temáticos, que organizam conhecimentos científicos específicos; e equipes técnicas responsáveis pela produção e revisão dos textos (AGRAWALA, 1998). Por meio de rigoroso processo de revisão por pares, envolvendo especialistas e representantes governamentais, o IPCC produz relatórios científicos cuja autoridade deriva não de sua obrigatoriedade jurídica (*hard law*), mas do reconhecimento internacional da sua legitimidade técnico-científica (*soft law*) (AGRAWALA, 1998).

Esses relatórios formaram a base científica para o primeiro grande regime climático global: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), aprovada na Rio-92. O regime climático da UNFCCC adota a estrutura de convenção-quadro/protocolo, sendo posteriormente complementado pelo Protocolo de Kyoto, em 1997, que fixou metas obrigatórias de redução de emissões apenas para países desenvolvidos (LUTERBACHER; SPRINZ, 2001). Apesar do avanço institucional, a dicotomia estabelecida pelo princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, gerou impasses recorrentes, particularmente nas relações entre países do Norte e do Sul Global, que se perpetuam até hoje (MASLIN *et al.*, 2023).



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

Nas décadas seguintes, as Conferências das Partes (COPs) tornaram-se fóruns centrais para negociação e definição de compromissos climáticos internacionais. Entretanto, muitas dessas conferências foram marcadas por avanços limitados, compromissos vagos e falta de mecanismos vinculantes eficazes. Embora tenham surgido movimentos sociais e ondas de mobilização civil ao longo dessas décadas, demandando maior ambição política, o quadro de governança permaneceu amplamente dominado por instrumentos voluntários e de pouca exigibilidade jurídica, reforçando a lógica do *soft law* (MASLIN *et al.*, 2023).

A partir dos anos 2000, ficou claro que os instrumentos exclusivamente técnicos ou financeiros não seriam suficientes para enfrentar a crise climática de maneira eficaz. Como resposta, a comunidade internacional passou a adotar *frameworks* mais amplos, que incluíam dimensões sociais, éticas e morais. Exemplos dessa evolução são o Pacto Global da ONU e a Agenda 2030, ambos com forte componente ético-moral, definindo diretrizes que ultrapassam métricas financeiras e apontam princípios universais de direitos humanos, sustentabilidade ambiental e justiça social (COUTINHO, 2021; ALVES, 2015).

Aprovado em 2015, o Acordo de Paris representou um marco significativo nessa trajetória, criando o mecanismo do Balanço Global (Global *Stocktake* – GST). A cada cinco anos, o GST avalia coletivamente o progresso das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), que são compromissos voluntários assumidos pelos países para redução de emissões e adaptação climática. No entanto, apesar de sua relevância técnica, esse mecanismo permanece centrado em aspectos quantitativos das políticas climáticas, deixando em segundo plano questões éticas e distributivas relacionadas aos impactos desiguais da crise climática (MASLIN *et al.*, 2023).

Se o GST concentra-se predominantemente nas avaliações técnicas, o próximo passo lógico seria, então, incorporar uma dimensão ética complementar para fornecer critérios morais claros às decisões políticas e técnicas. É exatamente nesse contexto que surge, em 2025, o Balanço Ético Global (BEG). Liderado pelo governo brasileiro e pela





**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

Organização das Nações Unidas (ONU), o BEG objetiva preencher a lacuna existente nas avaliações internacionais, incorporando explicitamente critérios de justiça e equidade aos processos decisórios da governança climática (ONU, 2025a). Assim como o IPCC se estabeleceu como quadro de referência científica internacional, o BEG pretende tornar-se um quadro de referência ético global, complementando avaliações técnicas com diretrizes morais derivadas de diálogos regionais e autogestionados, mobilizando sociedade civil, comunidades tradicionais, líderes religiosos e outros atores sociais diversos (ONU, 2025b).

O painel organiza-se por meio de seis diálogos regionais distribuídos globalmente, em que representantes locais e lideranças regionais debatem valores, responsabilidades e princípios éticos para o enfrentamento das mudanças climáticas. Esses encontros geram relatórios regionais que culminaram em um relatório-síntese apresentado na COP 30 em Belém, com o objetivo explícito de influenciar a implementação das NDCs e reforçar os princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2025b). Dessa forma, ao reconhecer a centralidade dos valores culturais e éticos, o BEG busca superar limitações históricas das abordagens anteriores, marcadas por ênfase excessiva em instrumentos econômicos ou tecnológicos.

Ao analisar essa trajetória cronológica dos painéis climáticos internacionais, observa-se uma evolução clara: partiu-se de iniciativas estritamente científicas (IPCC) e técnicas (GST) para processos éticos e participativos, como o BEG. Se o IPCC evidenciou as causas e consequências das mudanças climáticas e o GST permitiu acompanhar os avanços quantitativos, o BEG aparece agora para responder uma pergunta decisiva: que valores morais e éticos devem orientar a governança climática global? Ao promover uma abordagem participativa baseada em diálogos regionais e autogestionados, o BEG amplia, em tese, o alcance e a legitimidade das decisões internacionais, respondendo aos desafios éticos que acompanham a crise climática.



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

### **3. A TRAJETÓRIA DA ÉTICA OCIDENTAL NA RUPTURA ONTOLÓGICA HOMEM E NATUREZA E AS ORIGENS DA CRISE CLIMÁTICA**

A relação entre humanidade e ambiente, antes da modernidade, articulava ética e natureza num mesmo campo de sentido. Para Aristóteles, a eudaimonia resulta da vivência virtuosa que harmoniza desejo, razão e finalidade (telos), integrando o humano à *phýsis*, totalidade dinâmica da ordem cósmica (ARISTÓTELES, 2000). A virtude, nesse contexto, significa integração, não separação.

Com o cristianismo, a centralidade ética migra para a salvação transcendente. Santo Agostinho afirma que o fim humano está na cidade de Deus, tornando a natureza mero cenário da redenção (AGOSTINHO, 1990). O humano, feito à imagem divina, adquire o direito de subordinar a criação, legitimando práticas como a espoliação colonial e a conversão de ecossistemas em *plantations* (ALENCASTRO, 2000).

Essa legitimação religiosa articula-se a um sistema colonial que combina exploração econômica, dominação política, imposição cultural e racismo estrutural — as quatro “cabeças” do sistema (QUIJANO, 2000). Naturaliza-se a superioridade europeia e consolida-se a cisão homem–natureza como estratégia de dominação global, reduzindo terra e corpos a recursos úteis.

A ruptura entre homem e natureza, iniciada no colonialismo, ganha fundamento epistemológico com o racionalismo europeu. O projeto científico do século XVII separa sujeito e objeto, instaurando uma ontologia mecanicista que trata a natureza como máquina a ser manipulada (UBALDO *et al.*, 2018). O Iluminismo consolida tal dicotomia: Kant determina que apenas a humanidade possui dignidade, excluindo a Terra do círculo ético (KANT, 1785). O idealismo reforça a centralidade do espírito e reduz *phýsis* a mera matéria (UBALDO *et al.*, 2018).

A Revolução Industrial amplifica a ética do progresso, convertendo natureza e populações racializadas em força produtiva e mercadoria (QUIJANO, 2000). Ferdinand





**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

denomina esse arranjo Plantationceno e Negroceno, mostrando como devastação ecológica e dominação racial são inseparáveis (FERDINAND, 2019).

Assim, racionalismo, imperativo categórico e industrialismo consolidam a hierarquia entre humanidade e Terra. Uma ética utilitarista do crescimento prevalece até o pós-guerra, quando a ameaça nuclear exige repensar a separação ontológica homem-natureza.

A partir da experiência das bombas atômicas, surge a ética da terra: Leopold propõe que o humano deve ser membro, não senhor, de uma comunidade que inclui solos, águas, plantas e animais (LEOPOLD, 1949). Carson, ao denunciar os danos dos pesticidas, reforça o alerta sobre os riscos da lógica produtivista (CARSON, 1962). Apesar de avanços institucionais como a Conferência de Estocolmo (PNUMA, 1972) e a Agenda 21, a ideia de crescimento contínuo segue intocada (ALVES, 2015).

Cosmovisões não ocidentais passam a questionar esse paradigma. Kopenawa critica a mercantilização do ar (KOPENAWA; ALBERT, 2010). Autores do Sul apontam o uso instrumental da sustentabilidade, enquanto os ecossistemas seguem exauridos (KRENAK, 2019). Haraway denuncia as redes de exploração entrelaçadas de colonialismo, capitalismo e patriarcado (HARAWAY, 2016). Ferdinand detalha como a crise ecológica deriva de estruturas coloniais persistentes (FERDINAND, 2019).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2015 prometem conciliar prosperidade e conservação, mas as emissões continuam a crescer (GLOBAL CARBON PROJECT, 2022). A pandemia expôs a desigualdade: países do G20 concentram emissões e vacinas (OXFAM, 2021). Para Mbembe, essa seletividade é expressão da necropolítica (MBEMBE, 2018). Krenak contrapõe a noção de “futuro ancestral”, defendendo reciprocidade ecológica e justiça intergeracional (KRENAK, 2020).

Assim, se a separação homem–natureza revelou-se insustentável diante da ameaça existencial e se as críticas evidenciam sua raiz colonial, uma ética planetária precisa articular ciência, história e pluralidade cultural para orientar a ação climática. O Balanço



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

Ético Global busca transformar tais fundamentos em diretrizes, tema examinado na sequência.

#### **4. ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS CARTAS DO PRESIDENTE DA COP 30**

Para a análise de conteúdo das cartas da Presidência, reduzimos o conjunto a seis indicadores principais, suficientes para capturar a coerência ética, o desenho institucional e a viabilidade prática que norteiam todo o artigo. A escolha decorre de três premissas construídas nos tópicos anteriores: (i) a crise climática é tanto moral quanto técnica; (ii) o Balanço Ético Global (BEG) pretende preencher essa lacuna por meio de governança participativa e *soft law*; (iii) a efetividade desse painel depende de traduzir valores em compromissos mensuráveis e financeiramente sustentados. Assim, cada indicador responde diretamente a uma dessas dimensões:

Tabela 1 – INDICADORES USADOS NA ANÁLISE

Indicador	Justificativa alinhada ao artigo
Valores éticos declarados	Avalia se a carta expressa princípios de justiça, equidade e intergeracionalidade, centrais para a ética da Terra discutida no tópico 3.
Estrutura de governança participativa	Examina a criação de fóruns (mutirão, círculos, BEG) que materializam a proposta de pluralidade epistêmica e descentralização defendida ao longo do texto.
Integração com instrumentos climáticos formais	Verifica conexões com o Acordo de Paris, GST, NDCs e ODS, testando a premissa de que o BEG deve dialogar com regimes existentes (tópico. 2).
Proposições operacionais	Identifica metas, eixos ou programas concretos; sem tal concretude, princípios éticos correm o risco de permanecer retórica.
Meios de implementação	Observa referências a financiamento, tecnologia ou capacitação; fundamental para aferir viabilidade, como destacado na discussão sobre <i>soft law</i> .
Chamado mobilizador	Mensura a força retórica de engajamento (mutirão, virada de jogo), elemento-chave para converter ética em ação coletiva, coerente com a ideia de “responso-habilidade”.



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

Fonte: elaborado pelo autor

Esses seis indicadores sintetizam a abordagem analítica sem perder aderência aos objetivos específicos do estudo: compreender como as cartas (1) apresentam valores morais, (2) organizam a participação, (3) articulam-se ao regime climático, (4) propõem ações, (5) apontam recursos e (6) inspiram engajamento. A aplicação desse conjunto compacto permite avaliar de forma consistente se o discurso presidencial prepara terreno para que o BEG cumpra sua função de quadro ético efetivo na COP 30, passemos à análise.



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

#### **4.1. Análise da Primeira Carta da Presidência da COP 30 (10 de Março de 2025)**

Publicada em 10 de março de 2025, a primeira carta aberta do Presidente designado da COP 30 inaugura o ciclo de comunicação estratégica da presidência brasileira para a Conferência de Belém. O texto, assinado pelo embaixador André Corrêa do Lago, articula o sentido histórico do evento ao situar a COP 30 como ponto de inflexão na trajetória da governança climática multilateral, destacando os aniversários do Protocolo de Quioto (20 anos) e do Acordo de Paris (10 anos). O documento exibe um tom solene e mobilizador, enfatizando os valores humanos compartilhados – paz, esperança, renovação, inclusão, unidade, resiliência, diversidade – como fundamentos para a ação coletiva global.

A carta propõe a centralidade do Brasil não só como anfitrião, mas como articulador de uma nova cultura política na governança climática. Utilizando a metáfora do “mutirão global” (*motirão*), de matriz indígena, o presidente designado convoca a comunidade internacional para um esforço conjunto de reconstrução civilizatória diante da ameaça existencial imposta pela crise climática. Destaca que 2024 foi o ano mais quente já registrado e que a COP 30 será a primeira a acontecer “no epicentro da crise climática”, com a Amazônia como cenário emblemático. O diagnóstico do risco de pontos de inflexão irreversíveis, bem como a menção às ameaças à estabilidade financeira global, fundamentam o chamado à urgência.

O texto explicita valores éticos como justiça, solidariedade, resiliência, interdependência e inclusão. Reconhece que as populações mais pobres e vulneráveis são as mais afetadas, ampliando o sentido de responsabilidade coletiva. Convoca atores estatais e não estatais (setor privado, sociedade civil, comunidades locais, lideranças espirituais e pensadores) a se engajarem, com destaque para as “alavancas” e “pontos de alta alavancagem” – conceitos inspirados em Arquimedes para expressar a busca de mudanças sistêmicas.

O documento dialoga extensivamente com instrumentos formais do regime climático, como a UNFCCC, o Acordo de Paris, o GST, as NDCs, os ODS e instrumentos



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

financeiros como o NCQG e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs). Defende a integração das agendas de clima, biodiversidade, desenvolvimento sustentável e inclusão de saberes indígenas e tradicionais, ressaltando a importância da ciência aliada à “consciência”, em citação a Rabelais.

Ao longo do texto, a carta detalha a necessidade de transição para uma fase de implementação e ação, superando a inércia, o individualismo e o negacionismo. Sugere a criação de círculos de liderança (presidências de COPs, lideranças indígenas, entre outros) e movimentos multissetoriais de cooperação, estimulando uma lógica de “movimento de movimentos”. Explicita a agenda de ação futura, como o fortalecimento das transições justas, o engajamento financeiro para países em desenvolvimento e a valorização de experiências regionais e locais, especialmente a Amazônia.

Em resumo, a primeira carta serve como documento fundacional, lançando as bases éticas, institucionais e participativas para o ciclo preparatório da COP 30, ao mesmo tempo em que posiciona o BEG como processo central de governança moral.

**Tabela 2: APLICAÇÃO DOS INDICADORES NA PRIMEIRA CARTA (10/03/2025)**

Indicador	Evidência na carta (análise qualitativa)
Valores éticos declarados	Paz, justiça, esperança, resiliência, inclusão, solidariedade, interdependência, equidade, pluralidade (valores reiterados como fundamentos de ação coletiva)
Estrutura de governança participativa	Proposição do “mutirão global”, círculos de liderança (COPs, indígenas), convite amplo à sociedade civil, setor privado e saberes tradicionais
Integração com instrumentos climáticos formais	Referências constantes à UNFCCC, Protocolo de Quioto, Acordo de Paris, GST, NDCs, ODS, NCQG, MDBs. Diálogo com instrumentos de hard e soft law.
Proposições operacionais	Chamado para transição da fase de negociação à fase de implementação; destaque a “alavancas”, “pontos de alta alavancagem”, fortalecimento das NDCs, integração de agendas (clima, biodiversidade, justiça social)
Meios de implementação	Menciona necessidades de financiamento (US\$1,3 trilhão/ano), transferência de tecnologia, apoio a países em desenvolvimento, papel dos bancos multilaterais.



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

Indicador	Evidência na carta (análise qualitativa)
Chamado mobilizador	Uso recorrente de metáforas (“mutirão global”, “virada de jogo”, “alavancas de Arquimedes”, “movimento de movimentos”). Apelo à responsabilidade compartilhada.

Fonte: elaborado pelo autor

A análise qualitativa evidencia que a Primeira Carta da Presidência da COP 30 mobiliza intensamente os seis indicadores propostos. Os valores éticos aparecem não só em enunciados normativos, mas como fio condutor do discurso, associando justiça, solidariedade e inclusão à legitimidade da COP 30. A estrutura de governança participativa é proposta desde a origem, através do conceito de mutirão e da criação de fóruns multissetoriais e circulares, sinalizando pluralidade epistêmica. A integração com instrumentos climáticos é robusta, reforçando a posição da presidência brasileira como guardião da arquitetura internacional vigente e promotora de inovações. As proposições operacionais, embora mais programáticas do que detalhadas, apontam a necessidade de superação da inércia em favor de uma fase de implementação e avaliação de resultados. O tema dos meios de implementação é recorrente, com destaque ao financiamento e à remoção de barreiras sistêmicas para países em desenvolvimento. Por fim, o chamado mobilizador assume papel central, amarrando retoricamente o compromisso político e moral da COP 30 com a construção coletiva e com a esperança ativa frente ao desafio climático.

#### **4.2. Análise da Segunda Carta da Presidência da COP 30 (8 de maio de 2025)**

A segunda carta da Presidência da COP 30, publicada em 8 de maio de 2025, representa uma transição explícita do plano simbólico para a operacionalização da estratégia climática brasileira. Logo na abertura, o documento fundamenta-se em dados do relatório “Estado do Clima Global” da OMM, que confirma 2024 como o ano mais quente já registrado, além de evidenciar recordes históricos nos níveis de dióxido de carbono, aquecimento dos oceanos, degelo e aumento do nível do mar. A carta reconhece





**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

o agravamento da crise planetária, enfatizando a necessidade de união global para evitar colapsos sistêmicos em efeito dominó. Nesse contexto, o tom mobilizador e de urgência é reiterado, convocando a comunidade internacional para um ciclo de “ações em cadeia”.

O texto apresenta três prioridades estratégicas para o regime climático: reforçar o multilateralismo e a UNFCCC, conectar a política do clima à vida real das pessoas e acelerar a implementação do Acordo de Paris. Para isso, propõe a divisão do trabalho em quatro frentes interligadas, que deverão estruturar a preparação para a COP 30 e além: (i) processo de mobilização global; (ii) agenda de ação; (iii) negociações formais; e (iv) cúpula de líderes. A carta detalha a mobilização global, lançando o “Mutirão Global” como um experimento pioneiro de ação coletiva, de baixo para cima, sem hierarquia, centrado na proliferação de iniciativas autônomas pelo mundo. O conceito-chave de “contribuições autodeterminadas” é apresentado – inspirado nas NDCs, mas voltado para ações já em curso, realizadas por indivíduos, grupos, cidades ou empresas. O texto enfatiza o princípio do “aprender fazendo” e a importância do engajamento amplo e voluntário.

Uma inovação institucional marcante é a criação dos Quatro Círculos de Liderança: (i) Presidentes das COPs, para aconselhamento estratégico; (ii) Povos, liderado por Sônia Guajajara, para amplificar as vozes indígenas, tradicionais e afrodescendentes; (iii) Ministros da Fazenda, presidido por Fernando Haddad, voltado ao financiamento climático; e (iv) Balanço Ético Global, conduzido por Marina Silva, com missão de promover diálogos éticos e inclusivos em múltiplas regiões. Cada círculo é caracterizado como uma “onda de sabedoria”, buscando fomentar uma governança inovadora e plural. Destaca-se também o reconhecimento da influência da encíclica “Laudato Si”, do Papa Francisco, como bússola ética.

A carta dedica-se a discutir a necessidade de um novo modelo de governança, capaz de abraçar a complexidade e o pensamento sistêmico, superando a “síndrome da guerra passada” (repetição de modelos hierárquicos obsoletos). Reforça a urgência de experimentar novas soluções, combinando saberes tradicionais e tecnologia, e de alinhar



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

instrumentos nacionais e multilaterais às demandas do século XXI. Como exemplos, menciona-se o potencial das florestas tropicais e da Infraestrutura Pública Digital (DPI) para catalisar ações.

Por fim, o documento enuncia o objetivo de transformar o ano de 2025 em um marco de alinhamento global, estabelecendo as bases para o segundo Balanço Global do Acordo de Paris (a ser realizado na COP 33). O tom é de otimismo e mobilização coletiva, evocando a esperança de que a COP 30 seja lembrada como o início de um novo ciclo de cooperação, inovação e prosperidade sustentável.

Tabela 3: APLICAÇÃO DOS INDICADORES NA SEGUNDA CARTA (08/05/2025)

Indicador	Evidência na carta (análise qualitativa)
Valores éticos declarados	União, solidariedade, responsabilidade coletiva, justiça intergeracional, diversidade, respeito à sabedoria ancestral e à juventude, combate ao racismo e às desigualdades ambientais.
Estrutura de governança participativa	Detalhamento do Mutirão Global, criação dos Quatro Círculos de Liderança (COPs, Povos, Fazenda, BEG), convite amplo à participação multissetorial, valorização de práticas horizontais e descentralizadas.
Integração com instrumentos climáticos formais	Diálogo constante com a UNFCCC, Acordo de Paris, NDCs, ODS; referência ao GST e mecanismos financeiros internacionais.
Proposições operacionais	Proposta das “contribuições autodeterminadas”, quatro frentes de atuação, exemplos práticos de iniciativas locais e setoriais, experimentação de novos modelos de ação coletiva.
Meios de implementação	Mencionado o papel dos Ministros da Fazenda, financiamento climático, inovação tecnológica, integração de soluções tradicionais e digitais; referência a bancos multilaterais e à Infraestrutura Pública Digital.
Chamado mobilizador	Apelo reiterado à mobilização global, uso da metáfora do mutirão, citação direta de Gandhi (“seja a mudança que você deseja ver no mundo”), tom de convite aberto e inspiracional.

Fonte: elaborado pelo autor

A análise evidencia que a Segunda Carta amplia e aprofunda os seis indicadores centrais do painel. O texto reafirma valores éticos universais e pluralistas, articulando



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

justiça, solidariedade, inclusão e respeito intergeracional. O fortalecimento da estrutura participativa é nítido, com o detalhamento dos Quatro Círculos de Liderança e o lançamento do Mutirão Global, que promove protagonismo de setores historicamente marginalizados, especialmente povos indígenas e juventude. O diálogo institucional com instrumentos formais é robusto, demonstrando sintonia estratégica com a arquitetura multilateral do clima. As proposições operacionais ganham consistência, com exemplos concretos de ações e incentivos à inovação institucional. Os meios de implementação são abordados de forma pragmática, incluindo mecanismos financeiros, tecnológicos e comunitários. O chamado mobilizador é central ao texto, estruturando o discurso em torno do engajamento amplo e voluntário, orientando o leitor para um horizonte de ação coletiva e experimentalismo prático.

**4.3. Análise da Terceira Carta da Presidência da COP 30 (23 de maio de 2025)**

A terceira carta da Presidência da COP 30, publicada em 23 de maio de 2025, é direcionada à comunidade internacional no contexto dos preparativos para o 62º período de sessões dos órgãos subsidiários da UNFCCC (SBSTA e SBI), que ocorrerá em Bonn. O documento insere-se num momento de intensificação das negociações, priorizando a organização dos trilhos diplomáticos e a construção de confiança institucional.

Logo na abertura, a carta reconhece a sobreposição da crise climática com desafios geopolíticos e socioeconômicos crescentes, destacando a urgência de fortalecer o multilateralismo, conectar o regime climático à vida cotidiana das populações e acelerar a implementação do Acordo de Paris. Essas três prioridades interconectadas estruturam todo o discurso, que orienta o leitor sobre os objetivos centrais tanto do SB62 quanto da COP 30.

O texto enfatiza o papel do primeiro Balanço Global do Acordo de Paris (GST) como referência fundamental para a “Missão 1.5”, reforçando o compromisso de alinhar todas as decisões ao desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza. Um ponto



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

central é a convocação de todos os atores, públicos e privados, para ações conjuntas, especialmente na transição energética global, reversão do desmatamento, ampliação da energia renovável e afastamento dos combustíveis fósseis, sempre de maneira justa e equitativa.

Destaca-se o conceito de pensamento sistêmico como chave para avanços exponenciais na cooperação climática. O documento propõe que negociadores abandonem confrontos de soma zero e trabalhem em modo de força-tarefa, construindo uma infraestrutura global de confiança e promovendo uma “ecologia de perspectivas”. Recomenda o envolvimento antecipado dos chefes de delegação, inclusive com a realização de um “dia zero” informal para favorecer o diálogo substantivo.

O texto apresenta o vínculo essencial entre clima e desenvolvimento sustentável como eixo transversal de todas as agendas. Defende que políticas climáticas eficazes exigem transformação socioeconômica, erradicação da pobreza, diminuição das desigualdades e justiça para os mais vulneráveis. Valoriza ainda o papel dos povos indígenas e comunidades locais, destacando a Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas como espaço a ser fortalecido na governança climática.

Dentre os temas destacados, a adaptação ocupa papel central, sendo tratada como resposta concreta à crise climática, com foco nos Planos Nacionais de Adaptação e no Objetivo Global de Adaptação. A carta também chama atenção para a necessidade de fortalecer mecanismos de perdas e danos, aprofundar a transição justa e garantir meios adequados para a implementação dos compromissos climáticos.

Por fim, o texto faz uma reflexão sobre o futuro das COPs, defendendo sua transformação em plataformas sistêmicas de medição de progresso e mobilização ampla de atores. Propõe que a COP 30 seja um ponto de inflexão capaz de superar o status quo, promovendo resultados concretos, solidariedade e propósito comum.



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

Tabela 4: APLICAÇÃO DOS INDICADORES NA TERCEIRA CARTA (23/05/2025)

Indicador	Evidência na carta (análise qualitativa)
Valores éticos declarados	Justiça, equidade, solidariedade, empatia, escuta mútua, participação de povos indígenas e comunidades locais, foco nos mais vulneráveis.
Estrutura de governança participativa	Convocação para o “mutirão global”, ênfase no multilateralismo, inclusão de delegações pequenas, força-tarefa entre negociadores, reforço da Plataforma de Povos Indígenas.
Integração com instrumentos climáticos formais	Referências constantes ao Acordo de Paris, GST, NDCs, Objetivo Global de Adaptação, Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas, mecanismos de perdas e danos.
Proposições operacionais	Definição de prioridades (multilateralismo, implementação, conexão com a vida real), plano para o SB62 (dia zero, agendas de trabalho), avanço na adaptação e perdas e danos, metas em energia renovável e eficiência.
Meios de implementação	Menciona mecanismos de financiamento, capacitação, fortalecimento do secretariado da UNFCCC, planos nacionais, uso de recursos para adaptação, engajamento de bancos multilaterais.
Chamado mobilizador	Apelos ao trabalho conjunto (“co-construtores de confiança”), rejeição ao confronto de soma zero, incentivo ao engajamento substantivo de todos os atores, chamada à coragem para romper o status quo.

Fonte: elaborado pelo autor

A análise da terceira carta revela aprofundamento e amadurecimento nos seis indicadores centrais. Os valores éticos continuam explícitos, agora com ênfase em solidariedade, empatia, escuta mútua e justiça socioambiental, articulando o discurso a uma ética da cooperação e à inclusão dos mais vulneráveis. A estrutura de governança participativa é fortalecida com a proposta de trabalho em força-tarefa, a valorização do multilateralismo e a ampliação do papel de povos indígenas e comunidades locais nos processos decisórios. O alinhamento com instrumentos climáticos formais permanece robusto, detalhando agendas institucionais e mecanismos operacionais. As proposições operacionais se tornam mais concretas e direcionadas, apresentando metas claras e planos de trabalho específicos para adaptação, perdas e danos, energia e eficiência. A preocupação com os meios de implementação é recorrente, demonstrando consciência da



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

necessidade de recursos, capacitação e fortalecimento institucional. O chamado mobilizador assume dimensão estratégica, utilizando metáforas e apelos ao engajamento coletivo para superar barreiras históricas e acelerar a entrega de resultados. Assim, a carta reforça a posição do Brasil como articulador de um novo ciclo de ambição, confiança e inovação na governança climática internacional.

Segue a análise da Quarta Carta da Presidência da COP 30 (20 de junho de 2025), seguida pela aplicação dos indicadores definidos e o comentário explicativo.

**4.4. Análise da Quarta Carta da Presidência da COP 30 (20 de junho de 2025)**

A quarta carta à comunidade internacional, publicada em 20 de junho de 2025, destaca-se por apresentar de modo detalhado a Agenda de Ação da COP 30, enfatizando a necessidade de mobilização coletiva diante da urgência climática. O texto rememora as inundações históricas no Rio Grande do Sul, em maio de 2024, usando esse episódio como exemplo da força transformadora da solidariedade e da ação coletiva (mutirão), reforçando que a unidade é mais valiosa do que a força individual.

O documento reconhece que, apesar de avanços, o mundo permanece fora da trajetória adequada para o cumprimento dos objetivos do Acordo de Paris. Nesse contexto, a carta defende a aceleração exponencial dos esforços e a ampliação da escala das iniciativas em curso. Define como missão central da Presidência transformar a COP 30 em um marco para a implementação prática do que já foi pactuado, colocando o Balanço Global (GST) do Acordo de Paris como a “bússola” para a Missão 1.5. O texto propõe a mobilização de todas as partes interessadas — governos, sociedade civil, setor privado, povos indígenas, comunidades locais, jovens, instituições financeiras e de pesquisa — para a plena implementação do GST, convertendo-o na “contribuição globalmente determinada” (GDC) do mundo.

A carta estrutura a Agenda de Ação da COP 30 em seis eixos temáticos: (i) Transição nos setores de energia, indústria e transporte; (ii) Gestão sustentável de





**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

florestas, oceanos e biodiversidade; (iii) Transformação da agricultura e sistemas alimentares; (iv) Construção de resiliência em cidades, infraestrutura e água; (v) Promoção do desenvolvimento humano e social; (vi) Catalisadores e aceleradores, incluindo financiamento, tecnologia e capacitação. Ao todo, são apresentados trinta objetivos-chave, desenhados para fomentar a transformação sistêmica, acelerar a implementação e garantir impacto global, sempre ancorados na ciência e nas sinergias entre ação climática e desenvolvimento sustentável.

O texto salienta que as soluções devem ser adaptáveis a diferentes contextos e alinhadas a imperativos éticos e científicos da transição justa e da equidade, lidando com desigualdades estruturais e promovendo uma distribuição equilibrada dos custos e benefícios da transição para economias de baixo carbono. A carta enfatiza a necessidade de monitoramento contínuo, transparência, consulta ampla e participação ativa de todos os setores sociais. Cita a parceria com os Campeões de Alto Nível e destaca a importância de consultas abrangentes e do engajamento internacional para moldar a Agenda de Ação dos próximos cinco anos.

Por fim, o documento encerra reafirmando que a ação coletiva é o caminho mais promissor e duradouro para enfrentar a crise climática, convocando todos à participação ativa no “mutirão pela Agenda de Ação” e posicionando a COP 30 como o marco inicial de uma nova era para o progresso climático global.

**Tabela 5: APLICAÇÃO DOS INDICADORES NA QUARTA CARTA (20/06/2025)**

Indicador	Evidência na carta (análise qualitativa)
Valores éticos declarados	Solidariedade, unidade, justiça, equidade, transição justa, inclusão, participação ampla, compromisso intergeracional, resiliência.
Estrutura de governança participativa	Mobilização de todos os setores sociais (governos, sociedade civil, povos indígenas, setor privado, jovens, instituições financeiras), destaque ao mutirão global, consultas amplas e parcerias multissetoriais.



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

Indicador	Evidência na carta (análise qualitativa)
Integração com instrumentos climáticos formais	Referências ao Acordo de Paris, GST, NDCs, ODS, articulação entre COPs, sinergia com plataformas internacionais, mecanismos de transparência e monitoramento.
Proposições operacionais	Definição da Agenda de Ação com seis eixos e trinta objetivos-chave, incentivos à inovação, replicação de soluções, foco em resultados concretos e mensuráveis, detalhamento das áreas estratégicas.
Meios de implementação	Menção a financiamento climático e sustentável, integração sistemática do clima em investimentos, apoio à inovação, tecnologia, capacitação, envolvimento de bancos multilaterais e organismos financeiros.
Chamado mobilizador	Apelo recorrente à ação coletiva (“mutirão”), evocação da solidariedade diante de desastres, convite amplo à participação de todos os setores e agentes, ênfase em construir juntos a Agenda de Ação da década crítica.

Fonte: elaborado pelo autor

A quarta carta representa um avanço concreto na articulação dos seis indicadores centrais. Os valores éticos são reiterados como premissas do engajamento coletivo, com ênfase em solidariedade, justiça, equidade e transição justa. A estrutura de governança participativa é operacionalizada por meio de consultas, parcerias multissetoriais e o convite direto à participação ativa de múltiplos atores sociais. A integração com instrumentos climáticos formais é sólida, conectando o GST, o Acordo de Paris e outras plataformas internacionais, além de propor mecanismos de transparência e monitoramento para garantir alinhamento e prestação de contas.

As proposições operacionais são detalhadas, organizando a Agenda de Ação em eixos estratégicos e objetivos-chave, promovendo inovação, replicabilidade e impacto sistêmico. Os meios de implementação recebem destaque, com referência explícita ao financiamento climático, tecnologias e capacitação, fundamentais para materializar as metas propostas. O chamado mobilizador aparece de forma robusta, inspirando o engajamento amplo, plural e ativo de todos os setores da sociedade, estabelecendo a COP 30 como novo marco para uma década decisiva de transformação climática.



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

## **5. ANÁLISE CRÍTICA GERAL DO GUIA METODOLÓGICO DO BEG (2025)**

O Guia Metodológico – Seja um Mobilizador do Diálogo Autogestionado do Balanço Ético Global (2025) propõe-se como ferramenta participativa para ampliar a reflexão ética em torno da crise climática, no contexto preparatório da COP 30. Sua principal inovação é a abertura do processo de consulta: qualquer pessoa, coletivo, instituição ou comunidade pode organizar e registrar um diálogo autogerido, desde que o debate se baseie nas cinco perguntas comuns definidas pelo documento.

Entre os potenciais do Guia, destaca-se a ampliação do acesso e da diversidade de vozes, com incentivo explícito à participação de segmentos historicamente subalternizados, como povos indígenas, juventude e agentes culturais. A pluralidade de formatos e o estímulo à criatividade – reuniões, rodas de conversa, manifestações artísticas, vivências religiosas – sinalizam abertura metodológica e valorização da experiência local. O Guia também vincula o BEG aos grandes instrumentos da governança climática (Acordo de Paris, GST, ODS). O que, em tese, pode conferir maior legitimidade ao processo.

Contudo, a leitura atenta do manual evidencia limites e tensões. O próprio conceito de “diálogo autogestionado” repousa sobre pressupostos de autonomia, mas pouco discute assimetrias reais de poder, desigualdades territoriais e barreiras socioeconômicas à participação efetiva. O Guia não apresenta critérios de validação, priorização ou sistematização dos relatos recebidos; tampouco explicita como os resultados serão tratados, sintetizados e articulados aos documentos oficiais da COP 30. Dessa forma, a proposta pode resultar em fragmentação de dados e em riscos de captura institucional, tornando o BEG uma consulta simbólica, mais performativa que normativa.

A escolha por perguntas abertas amplia a capacidade de escuta, mas dilui o rigor comparativo e dificulta a aferição de impacto concreto. Faltam mecanismos de *accountability* e de integração efetiva entre os aportes coletados e as instâncias formais de decisão política. O Guia aposta na mobilização social e na legitimidade simbólica, mas



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

permanece vago quanto à tradução dessas vozes em compromissos efetivos de justiça climática.

Em síntese, o Guia Metodológico do BEG representa um avanço participativo no discurso da governança climática, mas ainda carece de instrumentos que assegurem eficácia, coerência e influência real sobre as decisões internacionais.

Tabela 6: PERGUNTAS ORIENTADORAS DO GUIA METODOLÓGICO DO BEG

Pergunta orientadora	Temática central
Por que continuamos com modelos de produção e consumo que prejudicam os mais vulneráveis e não estão alinhados à Missão 1,5 °C?	Justiça distributiva; modelo econômico
Por que tantas vezes negamos ou ignoramos ciência e saberes tradicionais sobre a crise climática e compactuamos com a desinformação, mesmo sabendo que vidas estão em risco?	Negacionismo, desinformação, epistemologias
O que podemos fazer para que os países ricos, grandes produtores e consumidores de combustíveis fósseis, acelerem suas transições e contribuam financeiramente com os países mais vulneráveis?	Responsabilidade histórica e financiamento
Que tradições, histórias ou práticas da sua comunidade nos ensinam a viver em maior equilíbrio com a natureza?	Saberes locais, tradição, pluralidade epistêmica
Como mobilizar mais pessoas, lideranças, corporações e nações para apoiar mudanças justas e éticas no combate à crise climática? Que ideias e valores podem nos inspirar nessa missão?	Mobilização social, valores, ética coletiva

Fonte: elaborado pelo autor extraído do guia metodológico do BEG

As cinco perguntas orientadoras do Guia funcionam como eixo de abertura e provocação do diálogo. Elas abrangem temas estruturantes da crise climática – justiça, epistemologias, responsabilidade histórica, saberes locais e mobilização coletiva. Contudo, sua formulação aberta, sem diretrizes metodológicas rigorosas ou critérios claros de integração e análise, pode comprometer a comparabilidade e a capacidade do BEG de se consolidar como instrumento efetivo de justiça climática. O potencial do



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

processo está, assim, condicionado à forma como a COP30 irá tratar, sintetizar e transformar as respostas em princípios normativos vinculantes para a ação internacional.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposta do Balanço Ético Global (BEG), articulada no contexto da COP 30, representa uma inflexão promissora, mas ainda incerta, na trajetória da governança climática internacional. Ao incorporar uma dimensão explicitamente ética à arquitetura multilateral do clima, o painel responde a uma lacuna histórica: a ausência de critérios normativos que orientem a ação política diante da assimetria de responsabilidades, da injustiça ambiental e das desigualdades estruturais que marcam a crise ecológica contemporânea. No entanto, como demonstrado ao longo deste artigo, entre a formulação discursiva do BEG e sua efetividade normativa, há um campo de tensões que exige atenção crítica.

A análise das quatro cartas oficiais da Presidência da COP 30 evidenciou um esforço consistente de construção discursiva baseado em valores como justiça, solidariedade, equidade e responsabilidade compartilhada. O uso estratégico de metáforas mobilizadoras, como “mutirão global” e “virada de jogo”, cumpre uma função performativa importante: a de catalisar engajamento e reconfigurar o imaginário coletivo sobre o papel da cooperação internacional. Contudo, tais enunciados ainda operam majoritariamente no plano retórico. A força normativa do BEG dependerá da sua capacidade de converter esses valores em compromissos vinculantes, institucionalmente estáveis e financeiramente sustentáveis.

O Guia Metodológico do BEG, por sua vez, revela um paradoxo central: embora promova a abertura democrática por meio de diálogos autogestionados e valorize epistemologias plurais, permanece metodologicamente frágil ao não explicitar critérios de sistematização, priorização ou integração dos dados coletados. A ausência de mecanismos de *accountability* e de garantias mínimas de influência efetiva sobre os



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

processos decisórios coloca em risco a legitimidade substantiva do painel. O risco de captura simbólica, em que escuta se confunde com consulta performática, precisa ser enfrentado com a institucionalização de instrumentos que assegurem coerência entre a escuta plural e os resultados normativos.

A hipótese inicial, de que o BEG poderia representar um novo modelo de governança climática, fundado na ética da Terra e na pluralidade de saberes, confirma-se parcialmente. O processo revela potência inovadora ao articular ciência, cultura, espiritualidade e justiça intergeracional como dimensões legítimas da ação climática. Entretanto, a consolidação desse modelo exige a superação de desafios metodológicos concretos: como validar as contribuições oriundas dos diálogos autogeridos? Como garantir sua influência real sobre as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)? Como assegurar que os valores éticos não sejam diluídos por interesses geopolíticos ou pressões econômicas?

A crise climática é, antes de tudo, uma crise civilizatória, cuja origem remonta à ruptura ontológica entre humanidade e natureza e à consolidação de um sistema global baseado na extração, no colonialismo e na negação das interdependências vitais. Nesse sentido, qualquer proposta de reconfiguração ética deve romper com a lógica da excepcionalidade humana e abrir espaço para uma política do comum, sensível à interdependência ecossistêmica e à justiça multiespécie. O BEG, se assumir tal horizonte com coerência, poderá oferecer não apenas recomendações morais, mas fundamentos para uma virada paradigmática na forma como a humanidade governa a Terra.

O desafio posto é ambicioso: transformar princípios éticos em normatividade operativa; traduzir escuta plural em compromissos executáveis; e reconfigurar as bases epistêmicas da política climática em direção a um futuro ancestral. As decisões tomadas na COP 30, e especialmente a forma como o BEG será incorporado às próximas rodadas do Balanço Global, determinarão se esse esforço será apenas mais uma tentativa simbólica ou o início de uma nova era na governança ambiental global.





v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

## 7. REFERÊNCIAS

ABBOTT, Kenneth W.; SNIDAL, Duncan. Hard and soft law in international governance. **International Organization**, v. 54, n. 3, p. 421-456, 2000.

AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus**. Tradução de Raimundo de Lima. São Paulo: Paulus, 1990.

AGRAWALA, Shardul. Structural and process history of the Intergovernmental Panel on Climate Change. **Climatic Change**, v. 39, p. 621-642, 1998.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quinquênio (2015-2030) do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 587-598, 2015.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

ASSIS, C. F.; MONTEIRO, R. Metodologias qualitativas e quadros de referência para a pesquisa em ciências humanas e sociais aplicadas. **Jures**, v. 16, n. 29, p. 130-156, 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. Tradução de José Roberto Maluf. São Paulo: Editora Gaia, 2010.

COUTINHO, Leandro de Matos. O Pacto Global da ONU e o desenvolvimento sustentável. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. 501-518, dez. 2021.

FERDINAND, Malcolm. **Une écologie décoloniale: penser l'écologie depuis le monde caribéen**. Paris: Seuil, 2019.

GLOBAL CARBON PROJECT. **Global carbon budget 2022**. Canberra: Global Carbon Project, 2022.

HARAWAY, Donna J. **Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene**. Durham: Duke University Press, 2016.



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

IPCC. **Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** Geneva: IPCC, 2023.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Tradução de J. T. Mattos. São Paulo: Martin Claret, 2005. (Obra original de 1785).

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEOPOLD, Aldo. **A Sand County Almanac and sketches here and there.** New York: Oxford University Press, 1949.

LUTERBACHER, Urs; SPRINZ, Detlef F. (eds.). **International relations and global climate change.** Cambridge, MA: MIT Press, 2001.

MASLIN, Mark A.; LANG, John; HARVEY, Fiona. A short history of the successes and failures of the international climate change negotiations. **UCL Open: Environment**, v. 5, art. 8, p. 1-16, 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

ONU. **Balanço Ético Global: briefing press.** Versão 16.06.2025. [S.l.]: Círculo do Balanço Ético Global, 2025a.

ONU. **Guia Metodológico – Diálogos Autogestionados do Balanço Ético Global.** [S.l.]: Círculo do Balanço Ético Global, 2025b.

ONU. **Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development.** New York: United Nations, 2015.

OXFAM. *The inequality virus: bringing together a world torn apart by coronavirus through a fair, just and sustainable economy.* Oxford: Oxfam International, 2021.

PNUMA. **Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano.** Estocolmo: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, 1972.



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios**

POPPER, K. **The logic of scientific discovery**. London: Hutchinson, 1972.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

UBALDO, Beatriz Marques; FERREIRA, Miguel Jânio Costa; VASCONCELOS, Rosemar A.; VIANA, Manuela Maria Cirino. Evolução histórica do processo de ruptura entre o homem e a natureza. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, São Luís, v. 4, n. especial, p. 383-393, jul./dez. 2018.